

# A PARAÍBA E O LITORAL NORTE de SANTA RITA a MATARACA

José Octávio de ARRUDA MELLO e  
complementação de:  
Luiz PATRIANNI com a colaboração  
de Marcelo GOMES

Coordenado por:  
Ivan BURITY



# A PARAÍBA E O LITORAL NORTE

de SANTA RITA a MATARACA

José Octávio de ARRUDA MELLO  
Complementação de  
Luiz PATRIANNI e  
Marcelo GOMES



João Pessoa, PB  
2016

Estudo preparado para a Secretaria Executiva de Turismo,  
coordenado pelo ex-deputado Ivan BURITY.

José Octávio de ARRUDA MELLO, Historiador de ofício, com doutorado pela USP. Integrante dos IHGB, IHGP, APL e Centro Internacional Celso Furtado. Professor aposentado das UFPB e UEPB, com exercício no UNIPÊ. Autor de Da Resistência ao Poder – O (P)MDB na Paraíba (1965/99), 2010, Conflitos e Convergências nas Eleições Paraibanas de 1982, 2002 e 2006 (2010) e História da Paraíba – Lutas e Resistência (13ª ed., 2014).

---

Capa e Editoração Eletrônica:

Naudimilson Ricarte - Designer Gráfico - 083 - 98815.8254

#### FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca Josélia Oliveira - CRB15/113

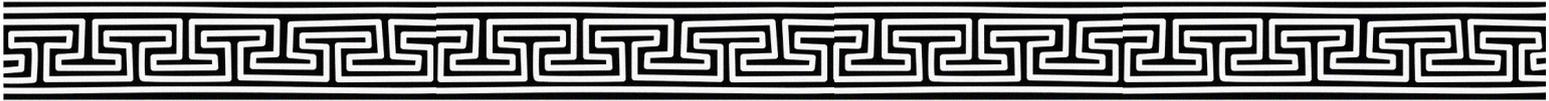
M527p Mello, José Octávio de Arruda.  
A Paraíba e o Litoral Norte : de Santa Rita a Mataraca / José Octávio de Arruda Mello, Luiz Patrianni, Colaborador Marcelo Gomes, [Coordenador] Ivan Burity. – João Pessoa : A União, 2016.  
98p. : 15x21cm.

ISBN: 978-85-8237-074-2

1. História da Paraíba. 2. Paraíba – Litoral Norte. I. Patrianni, Luiz. II. Gomes, Marcelo. III. Burity, Ivan. IV. Título.

CDU 94(813.3)

Impresso no Brasil - Feito o depósito legal.



*Esta monografia é dedicada aos Cientistas Sociais*

*Carlos Alberto Azevedo e  
Zélia Almeida, IPHAEP e UFPB.*

*Ao Jornalista Deijaci Araújo de A União,  
Escritora Nair Lyra Bessa, de Mataraca,  
Universitária Mariah Hannah Coelho de Melo, do UNIPÊ, e o Cacique  
Caboclinho da Aldeia de São Francisco, em Bahia da Traição.*

*Aos militantes sociais, João Ribeiro Filho de Santa Rita e o professor  
Adailton Isidro de Rio Tinto.*

# SUMÁRIO

Apresentação de Ivan BURITY – **8**

I – Santa Rita – O Portão do Litoral Norte – **11**

- 1.1. O Problema do Litoral
- 1.2. Colaboração, aldeamento e destino tabajara
- 1.3. Resistência, distribuição potiguar e mão de obra – Santa Rita
- 1.4. Engenhos e capelas do vale do Paraíba
- 1.5. Indicações Turísticas

II – Aldeamentos, Barroco Tropical e óleo de Baleia em Lucena – **24**

- 2.1. Na rota de Lucena
- 2.2. Praias, barroco tropical e pesca da baleia
- 2.3. Aculturação, turismo e carnaval na grande João Pessoa

III – Singularidades e Reserva Indígena na Baía da Traição – **32**

- 3.1. Estrangeiros, massacre e deslocamento
- 3.2. Aldeamento, grilagem de terras e coqueiral
- 3.3. Comportamento e economia na reserva indígena

IV – Rio Tinto: Das Povoações Mestiças à Cidade Industrial e Atuais Projetos – **43**

- 4.1. Heterogeneidade étnica e cidade industrial
- 4.2. Especificidades e autarquismo feudal
- 4.3. A reação à fábrica e o quebra
- 4.4. A questão da terra e a cana de açúcar
- 4.5. Os novos projetos e o futuro de Rio Tinto

V – Marcação e o que resta dos índios – **55**

- 5.1. Os aldeamentos de Marcação e a FUNAI
- 5.2. Ruralismo e economia pesqueira



VI – Negritude mais que Indigenismo em Mataraca – **57**

- 6.1. A absorção dos índios pelos negros
- 6.2. Evolução histórica e sócio-política
- 6.3. Turismo e Economia

Bibliografia pela ordem das referências – **67**

VII – NO LITORAL NORTE DA PARAÍBA – COMPLEMENTAÇÃO – Luiz PATRIANNI com a colaboração de Marcelo GOMES – **73**

- 7.1. Nas trilhas dos potiguaras
- 7.2. O enlace com o Rio Grande do Norte
- 7.3. Potencial riotintense
- 7.4. De Lucena a Forte Velho
- 7.5. Nas aldeias potiguaras
- 7.6. Índio do futuro, pintura potiguara e reserva indígena
- 7.7. Das reservas ambientais à APA de Mamanguape
- 7.8. O Projeto Peixe Boi Marinho
- 7.9. Sugestões turísticas
- 7.10. O problema do caranguejo uçá
- 7.11. Uma retrospectiva histórica
- 7.12. Holandeses, Litoral Norte e Guerras Cristãs
- 7.13. Invasores do século XX e perfil dos personagens
- 7.14. Recapitulando Forte Velho e Santa Rita





Ivan Burity  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE TURISMO

## APRESENTAÇÃO

**Quando** o Governador Ricardo Coutinho, com sua habitual determinação, convocou-nos para ativar os trabalhos do litoral norte do Estado, foram duas as questões que nos ocorreram.

É claro que estávamos conscientes da magnitude da tarefa, voltada para valorização das mais profundas raízes da paraibanidade, visto como nossa História, exercitada nas lutas entre nativos, franceses, holandeses e portugueses, por alí principiou.

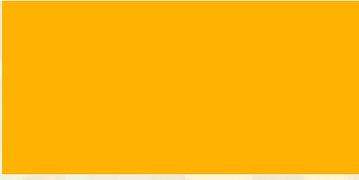
Com efeito, foi junto à luxuriante natureza de belas praias, rios, lagoas e manguezais, que se situou o grupo indígena responsável por nossa formação e com cuja preservação contraimos indelével compromisso - os potiguaras.

Partindo dessas premissas foram dois vetores que nos sugestionaram levantamento da real situação das populações indígenas do litoral norte e comunicação deste. O primeiro, de índole antropológica, remetia para a etnologia e a cultura. Já o segundo, ancorado na História e no Jornalismo, tinha em vista divulgar nossas potencialidades, a serviço de turismo autosuficiente e comprometido com o meio ambiente.

Foi assim que, sob nossa coordenação, nasceu o programa “Trilha dos Potiguaras”, a que se agrega esta publicação.

Baseado nas estradas de Barra de Camaratuba, Forte Velho, Baía da Traição e Lucena, implantadas pelo Governo do Estado, como





verdadeiros corredores do Litoral Norte, êsse projeto destina-se a alcançar a Paraíba, o Nordeste, com especialidade para o Rio Grande do Norte que prolonga o litoral norte da Paraíba, e, porque não dizer, o Brasil e o mundo.

Para conhecimento desse trabalho não temos medido esforços. Agora mesmo, recorrendo à autorizada **Folha de São Paulo**, divulgamos reportagem - “Roteiro resgata história e natureza do litoral da Paraíba - Trilha dos Potiguaras reúne pontos históricos, que foram locais de conflitos entre portugueses e holandeses, praias e aldeias indígenas”, como autêntica síntese de nossas intenções.

De autoria do historiador José Octávio de Arruda Mello, como expoente dos estudos sociais paraibanos, **A Paraíba e o Litoral Norte - de Santa Rita a Mataraca** constitui prolongamento destes esforços.

Nele, e seguindo nossa orientação, o conhecido scholar honoriano esquadinou cada um dos municípios do litoral norte do Estado - Santa Rita, Lucena, Baía da Traição, Rio Tinto, Marcação e Mataraca. A todos êles liga-se Mamanguape que, apenas por razões de ordem técnica, ficou de fora.

Fundadas na marcante contribuição potiguar, tais comunidades despontam por via do que lhes é mais característico. Ou seja, as capelas de Santa Rita. A extinta pesca da baleia e o barroco tropical de Lucena. As reservas indígenas da Baía da Traição. A cidade industrial de Rio Tinto. A economia pesqueira de Marcação e o residual afronegro, conjugado com a energia eólica, de Mataraca.

As objetivas colocações de José Octávio não bastavam. Essa a razão por que, este estudo digital, assegurado pela colaboração da jornalista Albiége Fernandes, diretora de **A União** e preparo técnico do programador visual Naudimilson Ricarte dos quadros técnicos daquele jornal, completa-se com a sólida abordagem dos jornalista Luiz Patrianni e pesquisador Marcelo Gomes.

Quem doravante se dispuser a mergulhar sobre o Litoral Norte da Paraíba não poderá dispensar estas colocações a serviço do projeto “Na Trilha dos Potiguaras”, da Secretaria Executiva de Turismo do Estado da Paraíba, na administração Ricardo Coutinho. Com elas ampliamos nosso ciclo geo-histórico e cultural, no sentido de tornar a mais antiga microrregião da Paraíba cada vez mais conhecida.

Abril de 2016



# MESSORREGIÃO DO LITORAL



## MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS

- LITORAL NORTE
- JOÃO PESSOA
- LITORAL SUL
- SAPÉ

- DIVISÃO ESTADUAL
- DIVISÃO MUNICIPAL
- Sedes Municipais
- Sedes Microrregionais
- CAPITAL

ESCALA APROXIMADA  
10 0 10 20 30 40 km

Projeção Policônica  
Meridiano Central 36° 45' W  
Paralelo de Referência 7° 15' S  
Base Cartográfica IBGE/SUDENE  
Fonte: Atlas Geográfico do Estado da Paraíba, 1985.  
Adaptação.: Giovanni Seabra

An aerial photograph of Santa Rita, Brazil, showing a dense cluster of buildings with red-tiled roofs. A prominent white church with a tall bell tower stands in the center. In the foreground, there is a paved plaza with a circular fountain and several trees. The town is surrounded by more buildings and greenery.

I

## SANTA RITA – O PORTÃO DO LITORAL NORTE

Sumário: 1.1. O Problema do litoral. 1.2. Colaboração, aldeamento e destino tabajara. 1.3. Resistência, distribuição potiguar e mão de obra – Santa Rita. 1.4. Engenhos e capelas no Vale do Paraíba. 1.5. Indicações turísticas.

**Tal** como sustentado pelas novas correntes historiográficas, a Paraíba ganhou, indevidamente, o título de **Terra dos Tabajaras**.

Como esses tupis, localizados à margem direita do rio Paraíba, de onde rapidamente se deslocaram para Pernambuco e Bahia, constituíssem acidente da História paraibana, o antropólogo José Elias Borges colocou em novas bases a etnologia do Estado.

Na chamada zona da mata, desde os limites com Pernambuco e Itamaracá, ao Sul, e Rio Grande do Norte, no setentrião, os índios que predominavam eram os potiguaras. No sertão, havia dois grupos – os cariris, da atual Campina Grande a Boqueirão, e de Teixeira a Conceição, e Cajazeiras, ficando com os tarairiús, que se distribuía, sobretudo, pelos vales dos rios secos, o restante do território paraibano.

**1.1. O Problema do litoral** – A questão que aqui interessa – para caracterização cultural e dimensionamento turístico dos atuais municípios de Santa Rita, Lucena, Baía da Traição, Rio Tinto, Marcação e Mataraca – é a dos índios do litoral (norte).



*Índios Potiguaras em dia de festa*

Estes são os potiguaras. Primitivamente localizados na serra de Cupaoba que, segundo o antropólogo Aécio Aquino, compreendia os atuais municípios de Areia, Guarabira, Belém, Pirpirituba, Caiçara, Serra da Raiz, Sertãozinho, Duas Estradas e Lagoa de Dentro, os potiguaras distribuíaam-se pelas serra (daí Serra da Raiz) e praia.

Ainda hoje, parte da população de Caiçara refere-se “ao povo da serra”, como a significar a existência de outro contingente – o do litoral.

Estes últimos é que primeiro entraram em contacto com os europeus, franceses, espanhóis e portugueses – no alvorecer da colonização. O discutido episódio dos tripulantes de Américo Vespúcio, em 1501, ligado ao topônimo Acajutibiró (Baia da Traição para uns, ou caju azedo, para outros) estaria ligado a esses relacionamentos.

Os outros potiguaras – os da serra de Cupaoba – sob o comando do cacique Iniguassu, geraram o episódio do engenho do rio Tracunhaém, em Goiana, relacionado com a criação da capitania real da Paraíba, em 1574. Para a historiadora Regina Célia Gonçalves, todavia, os choques entre potiguaras e portugueses, pelo controle da terra, antecederam aquele acontecimento.

### **1.2. Colaboração, aldeamento e destino**

**tabajara** – As guerras da Paraíba, entre potiguaras e portugueses, com extensão até 1599, experimentaram reorientação com a chegada, ao teatro desses acontecimentos, de outro grupo tupi – os tabajaras.

Provenientes do vale do São Francisco, esses indígenas desceram o rio Paraíba, desde as nascentes, no atual município de Monteiro, e chegaram ao litoral sul da capitania onde entraram em choque mais com os potiguaras que os portugueses.

Daí como a aliança dos índios dos caciques Piragibe e Assento de Pássaro, com os portugueses, contra os potiguaras, que consideravam a seus irmãos de sangue como panemas, isto é, fracos, possibilitou a conquista da Paraíba, mediante a edificação da capital desta, isto é, a primitiva cidade de Nossa Senhora das Neves, iniciada a 4 de novembro de 1585.

Nessa, os tabajaras foram aldeados em Jacoca, Taquara, Guia, Almagre, Praia, Guijaribe ou Jaguaribe, Mangue e Pindaúna, antes de, já no século XVII, se localizarem entre os rios Beberibe e Capibaribe, em Pernambuco, e, a seguir, no século XVIII, no interior da Bahia, onde apoiaram os sertanistas de Francisco Caldas.

Essa a razão por que a etnia paraibana registra reduzida participação tabajarina. Atualmente, seus descendentes, em número pouco superior a duzentos, distribuem-se, irregularmente, pela periferia do sul da capital e municípios do Conde, Alhandra, Pitimbu e Caaporã.



**1.3. Resistência, distribuição potiguar e mão de obra – Santa Rita** – O caso dos potiguaras tornou-se substancialmente diverso.

Decidindo-se pela resistência, eles foram massacrados na serra e aldeados junto à costa. Onde seus acampamentos, subordinados aos chamados regentes, localizaram-se em Gargaú e Jacuipe, próximo aos rios desses nomes, e, no Pontal, nas vizinhanças do rio Miriri.

Presentemente, sua área de maior concentração é a Baía da Traição onde suas aldeias denominam-se Galego, Forte, Santa Rita, Laranjeiras, São Miguel, Tracoeira, São Francisco, Bento, Cumaru e Lagoa do Mato.

No início da colonização, ainda no século XVI, os índios – tanto Tabajaras como Potiguaras – foram utilizados como mão de obra, fosse para extração de madeira ou fornecimento de lavouras de subsistência, pastoreio e construção de edificações. Para essas, compreendendo fortins, engenhos e casas grandes, os serviços especializados ficavam a cargo de trabalhadores importados como carpinteiros, pedreiros e carapinas. A parte mais rudimentar e braçal desses trabalhos reservava-se, porém, à indiada.

Foi esse o esquema que prevaleceu para, em 1586, montagem, pelo ouvidor-mor Martim Leitão, do Engenho D'el Rei ou Real do Tibiry que assinalou a fundamentação econômica da (nova) capitania. Agregado ao forte de São Sebastião, esse centro de povoamento, situado junto ao rio Tibiry, a doze

quilômetros da capital, localizava-se, segundo Sielysson Francisco da Silva, no Distrito Real ou povoação do Cumbe, como primitiva denominação da atual Santa Rita.

Para o historiador-prefeito Marcos Odilon Ribeiro Coutinho, essa nomenclatura, todavia, é a de Tibiry, datando daí o título de seu discurso de posse no IHGP – **Santa Rita do Tibiry** (1981).

Trata-se de questão secundária. O essencial consiste em que a futura Santa Rita registrou, primitivamente, dois aldeamentos, sendo um dos tabajaras, no Tibiry, e o outro, potiguar, em Livramento. Ambos constituíram o suprimento dos chamados escravos da terra, que eram os índios, que continuaram escravizados, mesmo depois da proibição de 1611, determinada para predominância da escravidão negra, como motor (Fernando Novaes) do sistema mercantilista.

**1.4. Engenhos e capelas no vale do Paraíba** – A partir da instalação do engenho D'el Rey, no Tibiry, o vale do Paraíba encheu-se de fábricas de açúcar.

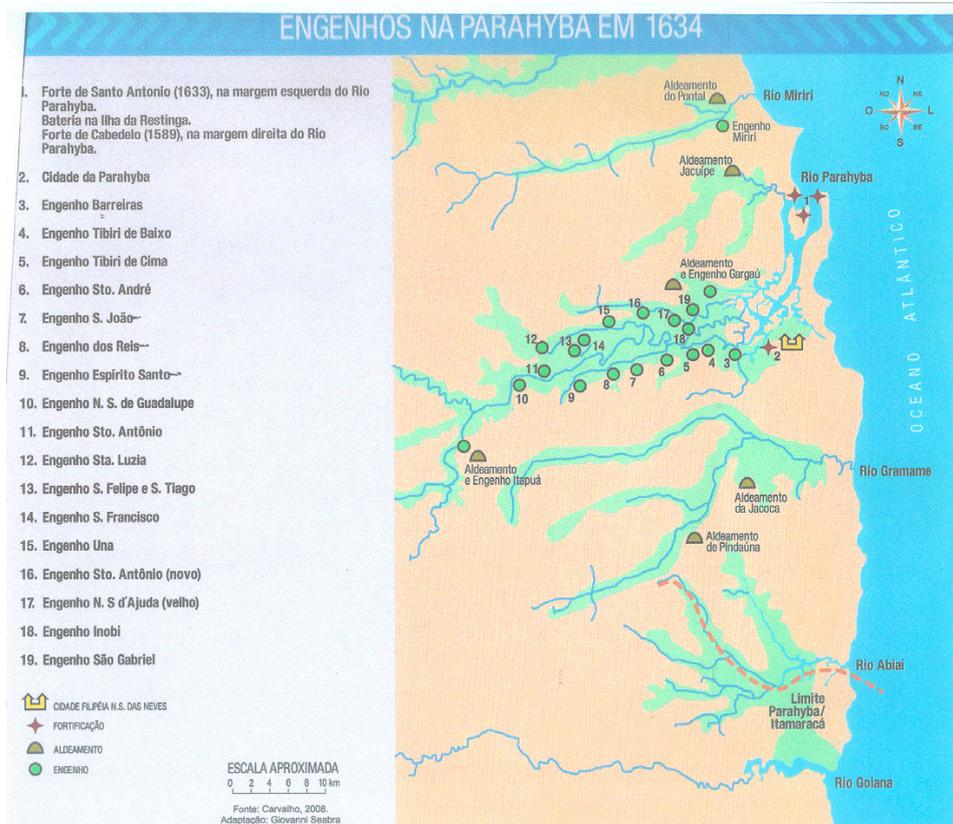
Quando os holandeses dominaram a Paraíba, entre 1634 e 54, elas totalizaram dezoitos, sendo nove em cada margem do rio. O géo-historiador Giovani Seabra distinguiu e localizou dezessete deles, sendo o último provavelmente o de Itapuá, em terras do atual município de Pilar: engenhos Barreiras, Tibiri

de Baixo, Tibiri de Cima, Santo André, São João dos Reis, Espírito Santo, N. S. de Guadalupe, Santo Antônio, Santa Luzia, São Felipe e São Tiago, São Francisco, Una, Santo Antônio (novo), N. S. da Ajuda (velho), Inobi e São Gabriel.

Dentro da ideia de que ao trabuco do conquistador seguiu-se o terço do missionário, com os engenhos conjugaram-se as capelas de que os historiadores santaritenses não se descuidaram.

Para o cronista Lapemberg Medeiros, em 1937 havia em toda Santa Rita vinte e seis capelas, das quais, em 2007, restavam dezoito. Com base nelas, e visando a reconstruir a História do município, Siéllysson F. da Silva deteve-se nas de Perpétuo Socorro, Nossa Sra. do Patrocínio, Engenho São João Batista e Santana do Gargaú.

Já a historiadora Ana Maria Leal concentrou-se em motivações histórico-arquitetônicas para enfatizar as capelas São João Baptista, Santana do Gargaú e São Gonçalo, e Igrejas N. S. do Socorro e São Gabriel. Entrementes, o pesquisador José de Arimatéia Alves Santana preocupou-se em reproduzir gravuras e fotos das Igrejas da Matriz (1920 e 60), capelas de N. S. da Ajuda, Mucuta, São Sebastião, S. João, N. S. do Socorro, São Bento, Igreja do Gargaú, e Capelas de Santa Rita, São Gonçalo, São Gabriel e Nossa Sra. da Batalha.



Outro historiador santaritense dedicado ao patrimônio histórico de sua cidade é o militante social João Ribeiro Filho. Em **Santa Rita (Re) Contada em fatos e fotos: Do Engenho à Emancipação** (2011) coube-lhe estampar a Igreja São Sebastião e as capelas de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Forte Velho, da Ajuda, Santana do Gargaú e as igrejas Santos Cosme e Damião e Matriz Santa Rita de Cássia.

Sem olvidar casarões santaritenses como os dos engenhos Jaburu, São Bento e Patrocínio, Ribeiro Filho voltou-se para o interior do rio Paraíba, com seus trapiches, desativada fábrica de cimento da ilha

Tiriri e o pôr do sol do rio Paraíba, com pretensões a tombamento, por corresponder ao do outro lado do rio, na praia do Jacaré, em Cabedelo.

Voltando às capelas, uma, pelo menos, chama, nacionalmente, a atenção. É a de Nossa Senhora do Socorro. Localizada junto ao povoado desse nome, na estrada para Espírito Santo, vê-se dotada de original alpendre, destinado a separar, por ocasião das celebrações religiosas, o patriarcado do interior do templo, das camadas menos favorecidas, do lado de fora. Nesse sentido, a alpendrada assinalava as distinções sociais – e não apenas raciais – que a Igreja outrora sancionava.



*Casa grande do engenho de Jaburu*



*Capela de Nossa Senhora do Socorro - Século XVII*

**1.5. Indicações turísticas** – Na passagem do século XIX para o XX, a evolução técnico-empresarial propiciou aos antigos banguês se converterem em engenhos centrais e usinas, tal como nos romances de José Lins do Rêgo. A liderança política santaritense transferiu-se, então, dos coronéis Francisco Carvalho e Paula Cavalcante (Cazuza Trombone) para a família de usineiros Ribeiro Coutinho.

Entre 1940 e 70, Santa Rita, com três usinas (Santa Rita, Santana e São João), duas das quais dentro da cidade, e poderosa fábrica de tecidos, no Tibiry, viveu período áureo. A Prefeitura Municipal era então dominada pelos usineiros.

A crise do açúcar nordestino dos anos setenta acarretou o fechamento das empresas açucareiras, algumas das quais convertidas em modernas destilarias. A fábrica de tecidos também cerrou as portas. Como resultado, Santa Rita buscou alternativas econômicas. Uma delas residiu nas modernas empresas do Distrito Industrial. Outra no turismo.

Dataram daí balneários como o de Forte Velho, nesse Distrito, e a implantação do Balneário das Águas Minerais, popularmente conhecido como piscinão, no lugar do açude da antiga Fábrica de Tecidos. O de Forte Velho liga-se, pela PB-011 à BR-101, tal como ocorre com Lucena pela PB-027, Baía da Traição através da PB-041 e Barra de Camaratuba, por meio da PB-061. Essas rodovias facilitam a circulação dos modernos viajantes.

Para as potencialidades do município, ainda é pouco. Isso porque os antigos engenhos e capelas estão aí, clamando por oportunidade.

De nossa parte, entendemos que, sob a coordenação dos historiadores Martha Falcão e João Ribeiro Filho, os estudiosos das igrejas e engenhos de Santa Rita poderiam calçar projetos de convênios com a Prefeitura e Governo de Estado, visando à exploração do patrimônio histórico de Santa Rita, em bases empresariais.

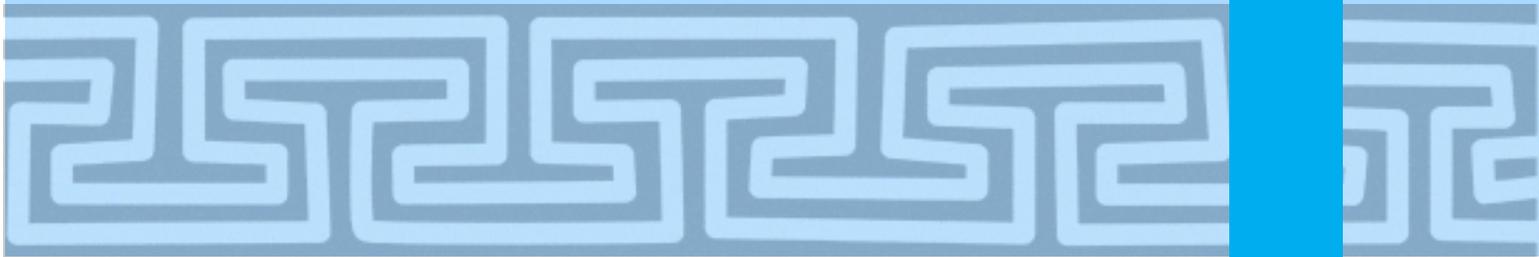




# II

## ALDEIAMENTOS, BARROCO TROPICAL E ÓLEO DE BALEIA EM LUCENA

Sumário: 2.1. Na rota de Lucena. 2.2. Praias, barroco tropical e pesca da baleia. 2.3. Aculturação, turismo e carnaval na grande João Pessoa.



**Tal** como estabelecido no primeiro capítulo deste estudo, Santa Rita, conjugada à capital, constituiu o ponto de partida da expansão endógena rumo ao litoral da Paraíba.

Isto por albergar aldeamentos que, se com os tabajaras buscaram o litoral sul, com os potiguaras arremessaram-se para o norte, a partir de Livramento.

**2.1. Na rota de Lucena** – A praia de Lucena tornou-se então um desses caminhos. E não apenas dos indígenas, mas dos portugueses que por ali transitaram, a fim de alcançar a Baía da Traição onde os holandeses intentavam desembarcar.

Reza a lenda que as praias lucenenses eram então frequentadas pelos mercadores que se deslocavam do Recife, em Pernambuco, a São Luiz, no Maranhão. Um destes, marinheiro holandês, sobrevivente de naufrágio, encantou-se tanto com as belezas do lugar que ali permaneceu, em razão de que o respectivo sítio ganhou a denominação de “Praia do Holandês”.

Na extremidade norte do município, corre o rio Miriri, próximo a cujo engenho desse nome, situou-se o aldeamento potiguar do Pontal como um dos primitivos centros de povoamento da área.

Esse Pontal e as sesmarias, no início do século XVIII, foram doados aos frades beneditinos, na região do Miriri. Estabeleceu-se, então, a rota de Lucena como caminho para a Baía da Traição a que os portugueses cuidaram de alcançar para prevenir possíveis desembarques estrangeiros.

## **2.2. Praias, barroco tropical e pesca da baleia**

– A partir dessas peripécias, as praias de Lucena – Camaçari, Gameleira, Ponta de Lucena, Costinha, do Holandês – ganharam efetiva dimensão géo-histórica e de povoamento.

Como a mais celebrada delas, Costinha viu localizar-se, na parte mais alta, o santuário religioso de Nossa Senhora da Guia, como posto de observação para os invasores e centro de adoração religiosa.

Este último albergou a Igreja da Guia, edificada pelos carmelitas e notabilizada pelo chamado barroco tropical, de portais ornados por





frutos da terra, como cajus e abacaxis. De há muito que o local foi institucionalizado como zona de devoção religiosa e culto de ex-votos.

Junto à praia, Costinha sediou a pesca da baleia.

Inicialmente artesanal, para extração da Xarque e, principalmente, utilização do óleo de baleia, como combustível dos lampiões, e matéria prima para fabricação de velas, sabão em barra e argamassa para as casas de pedras, a atividade assumiu feição empresarial.

Tal demandou longo processo que, entre 1940 e 57, registrou participação do empresário paraibano Samuel Galvão (Samuca) que procurou melhor aproveitamento para a indústria pesqueira.

Esta consolidou-se, em 1958, mediante presença de empresa japonesa, a Companhia de Pesca da Baleia, dotada de moderna tecnologia. O empreendimento assumiu, então, feição industrial e turística, mediante captura dos espécimes Mink, Cachalote e Espadarte que eram cortados à vista dos turistas, transportados até a praia em lanchões.

Tanto a iniciativa era apoiada pela Secretaria de Divulgação e Turismo do Governo Estadual que

alguns autores datam daí o moderno turismo paraibano assinalado pela construção do Hotel Tambaú, a nível das administrações Estaduais de 1970 e 71. Boa parte da demanda desse hotel provinha da pesca da baleia.

Foi a época em que essa atividade de Cabedelo e Costinha penetrou na mídia internacional. Esse boom, todavia, cessou em 1985, com a proibição da pesca da baleia, por convenções internacionais.

Desde essa época, as instalações da COPESBRA, em Costinha, constantes de escritórios, galpões e armazéns, foram desativadas, à espera de futura utilização.

Lucena, então, buscou alternativas agrícolas para sua mão de obra, distinguindo-se a Agrícola Vale do Mangereba, direcionada para o plantio de coco e abacaxi.

**2.3. Aculturação, turismo e carnaval na grande João Pessoa** – Essa mutação econômica de Lucena gerou sérias consequências. Aculturados, os grupos indígenas praticamente desapareceram, substituídos pelos trabalhadores sem terra, do MST. Estes dispõem de acampamento na localidade.

Por outro lado, a incrementação de transportes, em face da regularização dos lanchões entre Cabedelo e Costinha, deslocou Lucena para a área da grande

João Pessoa onde geopoliticamente ora se encontra. Para alguns geógrafos, Lucena acha-se mais integrada à região metropolitana de João Pessoa que Conde.

Isso significou sua conversão em balneário e centro de turismo. No primeiro caso, a construção de elegantes resorts com seus apartamentos de condomínio fechado, representou a acentuação da construção civil. Outrossim, o turismo emprestou a Lucena sensível ativação das festas religiosas e profanas.

Entre as primeiras distinguem-se as de Nossa Senhora da Guia, Santo Antônio, Sagrado Coração de Jesus, São Pedro, São José e da Conceição, nas praias da Comunidade Guia, Gameleira, Lucena, Costinha, Fagundes e Ponta de Lucena, respectivamente.

Do lado das profanas, destacam-se Semanas Culturais, organizadas pela professora Ednamay Cirilo Leite e destinadas a avivar personalidades como o poeta Américo Falcão, objeto de estudos da historiadora Martha Falcão, e documentários de cinema de Alex Santos -, e o carnaval.

Este de há muito transformou-se em uma das principais atrações do calendário da grande João Pessoa. A população de Lucena então decuplica, graças aos trios elétricos cujos shows se arrastam madrugada a dentro, com número crescente de foliões.

Apesar de permissividade própria a esses eventos, o carnaval de Lucena tem-se convertido em um dos mais pacíficos do Estado, cabendo ao poder público apoiá-lo em termos de transporte, sinalização, segurança, esquemas de prevenção da saúde e banheiros químicos.

Até porque seu potencial turístico é evidente, tal como ocorre com a capela de N. Sra. do Bom Sucesso.

Localizada na zona rural, de Lucena, nas proximidades do rio Miriri, ela data de 1748 e foi objeto de tentativas de restauração do historiador padre Ernando Teixeira de Carvalho que a estudou. Curiosamente, o monumento religioso, tal o seu arruinamento, encontra-se envolvido por frondosa gameleira que cresceu dentro de suas instalações, aproveitando o desabamento do teto. Por A União de 23 de abril de 2016, Tereza Duarte, que a taxou de Igreja, publicou a reportagem “Ruínas de Bomsucesso”.



Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso.



Carnaval de Lucena



Carnaval Tradição - João Pessoa/PB